

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA – BLOCO II

QUESTÃO 101

De acordo com a legislação vigente, as receitas orçamentárias pertencem ao exercício financeiro em que forem arrecadadas. Essa determinação está em desacordo com o princípio de contabilidade da

- A competência.
- B prudência.
- C entidade.
- D continuidade.
- E oportunidade.

QUESTÃO 102

A consolidação de patrimônios do grupo econômico estatal inclui as operações de entidades da administração descentralizada, entre as quais se incluem

- A os municípios.
- B os tribunais de contas.
- C as autarquias.
- D as assembleias legislativas.
- E os ministérios.

QUESTÃO 103

Elemento do patrimônio público que seja insuscetível de apropriação contábil ou de alienação a terceiros classifica-se como

- A crédito deferido.
- B bem de uso comum.
- C crédito ativo.
- D bem dominial.
- E bem de uso especial.

QUESTÃO 104

As contas que devem ser controladas pelo subsistema financeiro incluem a conta de

- A restos a pagar.
- B bens imóveis.
- C provisão para contingências.
- D dívida fundada.
- E empréstimos a receber.

QUESTÃO 105

Se determinado órgão público adquirir título de renda expresso em moeda estrangeira, a sua avaliação contábil será feita em moeda nacional e a conversão considerará a taxa de câmbio

- A na data da aquisição do título.
- B média entre a taxa na data de aquisição e a taxa na data de alienação.
- C na data da alienação do título.
- D média entre a taxa na data de aquisição e a taxa na data do balanço patrimonial.
- E na data do balanço patrimonial.

QUESTÃO 106

Se a dívida fundada de determinado órgão sofrer elevação em decorrência de atualização cambial, então o registro dessa ocorrência deverá ser feito mediante débito na conta de

- A decréscimos patrimoniais — atualização da dívida.
- B provisão para perdas na dívida passiva.
- C interferência passiva extraorçamentária.
- D passivo compensado — valores e títulos.
- E passivo exigível a longo prazo — dívida fundada.

QUESTÃO 107

A respeito dos fundos especiais de natureza contábil, assinale a opção correta.

- A O fundo especial deve vincular-se à realização de interesses gerais da administração.
- B A aplicação de recursos do fundo deve obedecer apenas às normas aplicáveis aos órgãos públicos em geral.
- C As condições para a instituição e o funcionamento dos fundos devem ser previstas em legislação ordinária.
- D Os fundos especiais e as fundações públicas têm personalidade jurídica distinta.
- E As receitas do fundo devem restringir-se ao produto da arrecadação de impostos.

QUESTÃO 108

Se determinada inscrição em restos a pagar for cancelada, o registro contábil do cancelamento creditará a conta de

- A empenhos liquidados.
- B variação ativa.
- C restos a pagar.
- D bancos conta movimento.
- E despesa orçamentária.

QUESTÃO 109

O nível da codificação da receita orçamentária utilizado para mensurar o impacto das decisões do governo na economia denomina-se

- A categoria econômica.
- B rubrica.
- C alínea.
- D origem.
- E espécie.

QUESTÃO 110

Acerca do mecanismo de utilização da fonte de recursos da despesa orçamentária, assinale a opção correta.

- A** No momento da liquidação da despesa, os registros relativos à fonte de recursos permanecem inalterados.
- B** Esse mecanismo destina-se a controlar exclusivamente a despesa orçamentária.
- C** O controle por fonte de recursos é feito a partir da fase de execução do orçamento.
- D** A contabilização da fonte de recursos restringe-se ao subsistema patrimonial.
- E** No momento do empenho da despesa, deve ocorrer a baixa do crédito disponível de acordo com a destinação.

QUESTÃO 111

Um ente público que presta serviços de saúde recebeu, em doação do empresariado local, um equipamento hospitalar para melhoria da qualidade do serviço ofertado.

Nessa situação, o gestor desse ente deverá classificar essa variação extraorçamentária como

- A** superveniência ativa.
- B** superveniência passiva.
- C** insubsistência passiva.
- D** insubsistência ativa.
- E** decréscimo patrimonial.

QUESTÃO 112

O regime de adiantamento de numerários é aplicável a casos de despesas públicas definidas em lei. A respeito de adiantamento de numerários, assinale a opção correta.

- A** Em razão da sua natureza de urgência, no regime de adiantamento é possível realizar empenho em dotação própria da despesa.
- B** Por força de impedimento legal, o adiantamento de numerário não pode cobrir despesas relativas a diárias e ajuda de custo de servidor em viagem a serviço.
- C** O regime de adiantamento é regulamentado pelo governo federal, que estabelece as regras para a prestação de contas, devendo ser adotadas por todos os entes federativos.
- D** O regime de adiantamento consiste na entrega de recursos financeiros a servidor, a critério do ordenador de despesas e sob a sua responsabilidade.
- E** O regime de adiantamento representa a única exceção às etapas pertinentes à despesa pública, visto que o dispêndio acontece preliminarmente ao empenho.

QUESTÃO 113

A respeito do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), estabelecido para a administração pública, assinale a opção correta.

- A** As variações passivas são representadas pelas receitas correntes e de capital e integram a classe de contas patrimoniais apresentadas no PCASP.
- B** Quando da consolidação das contas públicas, a identificação INTRA OFSS representa os saldos excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social, quando de um mesmo ente.
- C** O PCASP permite manter um sistema integrado de informações orçamentárias e patrimoniais, ficando apenas o controle fiscal em separado, em razão das peculiaridades de cada ente federativo.
- D** O PCASP garante a uniformização de procedimentos contábeis, sem a apresentação das peculiaridades de cada ente.
- E** Na estrutura do PCASP, os fatos não financeiros que compõem o patrimônio público são informações contábeis de natureza orçamentária.

QUESTÃO 114

Acerca dos regimes de contabilização estabelecidos para os entes públicos, julgue os itens a seguir.

- I No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro em que o empenho foi realizado e a receita orçamentária no exercício financeiro em que foi lançada.
- II O regime contábil aplicável às entidades do setor público é o regime de competência, ou seja, receitas e despesas devem ser reconhecidas nos períodos a que se referem, conforme seu fato gerador.
- III Os entes públicos adotam o regime financeiro de caixa, em que despesas e receitas são respectivamente contabilizadas nos momentos de pagamento e de recebimento, como forma de garantia da transparência pública.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 115

O art. 40 da Constituição Federal de 1988 estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Esse artigo foi regulamentado pela Lei n.º 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos. A respeito da reserva orçamentária do RPPS, assinale a opção correta.

- A** O saldo da reserva orçamentária do RPPS pode ser executado no próprio exercício de sua constituição, conforme a necessidade para cobertura de déficits orçamentários.
- B** A reserva orçamentária do RPPS será formada independentemente de superávit orçamentário, caso em que as receitas superam as despesas fixadas para o regime.
- C** No caso de constituição de reserva orçamentária decorrente do regime, as notas explicativas que acompanham os relatórios contábeis devem estar presentes nos demonstrativos tanto do ente quanto do próprio regime.
- D** A reserva orçamentária do RPPS é equiparada à reserva legal: ambas são constituídas com a finalidade de cobrir déficits financeiros das entidades.
- E** Os valores que compõem a reserva orçamentária não integram a carteira de investimento do regime.

QUESTÃO 116

Material considerado genericamente inservível para a entidade pública que detém a sua posse ou propriedade, se não estiver sendo aproveitado, mas estiver em perfeitas condições de uso, deverá ser classificado no inventário da entidade como

- A** recuperável.
- B** irrecuperável.
- C** antieconômico.
- D** reaproveitável.
- E** ocioso.

QUESTÃO 117

A respeito do procedimento contábil relativo ao RPPS, assinale a opção correta.

- A** O ente que parcelar débitos com o RPPS deverá escriturar cada pagamento realizado como despesa mensal, independentemente do reconhecimento do passivo patrimonial.
- B** O ente federativo que possuir déficit atuarial poderá sanar a obrigação por meio de aportes periódicos, estabelecidos em plano de amortização com essa finalidade.
- C** A contabilização orçamentária decorrente da compensação previdenciária entre regimes — por exemplo, um cidadão que migra do regime geral para o próprio — deverá ser feita por seus valores líquidos correspondentes ao valor da transferência financeira de um regime para o outro.
- D** A contribuição previdenciária devida pelo servidor e beneficiários — aposentados e pensionistas — deve ser retida pelo ente no momento do pagamento da remuneração ao servidor e registrada contabilmente apenas no momento do repasse ao RPPS.
- E** Os encargos sobre contribuições patronais recolhidas fora do prazo receberão lançamentos distintos, se efetuadas em exercício posterior à execução orçamentária ou por meio de restos a pagar.

QUESTÃO 118

Determinado ente federativo realizou o seguinte lançamento contábil de natureza patrimonial, referente ao RPPS:
D – 3.1.2.1.2.xx.xx – encargos patronais – RPPS.
C – 2.1.1.4.2.xx.xx – encargos sociais a pagar.

Esse lançamento contábil representa

- A** a vinculação da parcela do ente empregador e do servidor para posterior destinação ao fundo referente ao RPPS.
- B** a reclassificação do passivo em decorrência da emissão de nota de empenho da contribuição patronal.
- C** a identificação do crédito disponível para emissão de nota de empenho para pagamento da contribuição patronal.
- D** o reconhecimento da obrigação referente à contribuição patronal pela ocorrência do fato gerador.
- E** a parcela de retenção realizada pelo ente público em relação à contribuição previdenciária de obrigação do servidor.

QUESTÃO 119

A respeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), assinale a opção correta.

- A** É composto de percentual da arrecadação de impostos estaduais, como IPVA e ICMS.
- B** A repartição dos valores do FUNDEB aos entes federativos municipais é realizada a partir da contagem da população em idade escolar pelo Ministério da Educação.
- C** Os valores destinados à formação do fundo pelos estados e municípios devem ser registrados contabilmente como variação patrimonial aumentativa e financeiramente como acréscimo da receita orçamentária prevista.
- D** É um fundo de natureza financeira formado com recursos federais decorrentes da arrecadação tributária.
- E** É formado a partir da arrecadação de impostos federais e tem natureza contábil.

QUESTÃO 120

A respeito da contabilização da remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras do FUNDEB, assinale a opção correta.

- A** No reconhecimento da remuneração de depósitos bancários, é necessário realizar apenas dois lançamentos contábeis: de natureza orçamentária e de controle.
- B** Os recursos advindos da remuneração de depósitos e aplicações financeiras devem receber efetivo controle: esses valores devem ser utilizados para a mesma finalidade que o valor principal.
- C** O controle da remuneração será feito pelo mecanismo de destinação de recursos e todos os entes deverão realizar procedimentos contábeis idênticos, sem desdobramentos de contas.
- D** O reconhecimento da remuneração decorrente dos depósitos bancários é contabilizado por meio de débito em caixa, e o crédito, em receitas a realizar.
- E** No lançamento de natureza orçamentária, receita realizada será debitada em contrapartida do ingresso de recursos nas disponibilidades do fundo.

QUESTÃO 121

Durante a execução orçamentária do exercício, um hospital público, órgão da administração direta federal, irá adquirir um equipamento de raios X, inicialmente previsto na lei orçamentária anual (LOA) para ser adquirido diretamente pelo Ministério da Saúde, a quem o hospital está subordinado.

Para que o hospital realize a compra, o Ministério da Saúde deverá providenciar a movimentação orçamentária e financeira, conforme a legislação vigente, respeitando as fases da despesa pública.

Nesse caso, para que o hospital realize o empenho referente a essa despesa ainda no exercício corrente, o Ministério da Saúde deverá realizar uma movimentação denominada

- A** provisão de créditos orçamentários.
- B** descentralização de recursos financeiros.
- C** destaque de recursos financeiros.
- D** sub-repasse de recursos financeiros.
- E** repasse de créditos orçamentários.

Texto 2A3AAA

As informações seguintes, em que os valores são expressos em reais, referem-se a determinado ente público.

Saldo do balanço patrimonial (em 31/12/2016)

contas do ativo	valores
caixa e equivalentes de caixa	5.400
depósitos restituíveis e valores vinculados	3.700
veículos	1.500
imóveis	3.200
equipamentos	400
softwares	200
depreciação acumulada	-200
amortização acumulada	-100
prêmios de seguros a apropriar	1.200
tributos a receber (curto prazo)	2.100
dívida ativa tributária (curto prazo)	1.500
ajustes perdas créditos (curto prazo)	-300
contas do passivo e patrimônio líquido	valores
obrigações fiscais (curto prazo)	2.800
financiamentos (longo prazo)	8.700
provisões (longo prazo)	3.200
fornecedores e contas a pagar (curto prazo)	2.100
resultados acumulados	1.800

Ingressos ocorridos durante o exercício de 2017

1. receitas orçamentárias	20.500
2. transferências financeiras recebidas	650
transferências recebidas independentes de execução orçamentária	650
3. recebimentos extraorçamentários	3.100
inscrição em restos a pagar processados	1.800
depósitos restituíveis e valores vinculados	1.300

Dispêndios ocorridos durante o exercício de 2017

1. despesa orçamentária	15.500
2. transferências financeiras concedidas	1.800
transferências concedidas independentes de execução orçamentária	1.800
3. pagamentos extraorçamentários	3.400
pagamentos de restos a pagar processados	1.650
pagamentos de restos a pagar não processados	450
depósitos restituíveis e valores vinculados	1.300
saldo em 31/12/2017 para o exercício seguinte (extraído do balanço financeiro)	12.650
caixa e equivalentes de caixa	8.950
depósitos restituíveis e valores vinculados	3.700

Eventos ocorridos em 2017

- I recebimento de dívida ativa tributária no valor de R\$ 500;
- II recebimento de tributos lançados no exercício anterior, no valor de R\$ 300;
- III venda de equipamentos usados por R\$ 300, cujo valor de aquisição foi R\$ 400 e cuja depreciação acumulada foi de R\$ 50;
- IV apropriação de seguros contratados no valor de R\$ 500;
- V aquisição de terreno para a construção de nova sede no valor de R\$ 2.800;
- VI construção de ponte no valor de R\$ 600, com conclusão da obra no exercício;
- VII amortização da dívida de longo prazo, no valor de R\$ 600;
- VIII depreciação e amortização do exercício, no valor de R\$ 800 e R\$ 100, respectivamente.

QUESTÃO 122

Considerando-se que em 2017 a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da entidade mencionada no texto 2A3AAA foram, ambas, iguais a R\$ 22.500, ao se elaborar o balanço orçamentário do exercício, verifica-se que os quocientes de realização da receita e do resultado orçamentário, demonstram, respectivamente, que houve

- A** excesso de arrecadação e equilíbrio orçamentário.
- B** excesso de arrecadação e déficit orçamentário.
- C** déficit de arrecadação e superávit orçamentário.
- D** déficit de arrecadação e déficit orçamentário.
- E** excesso de arrecadação e superávit orçamentário.

QUESTÃO 123

O valor do resultado financeiro do exercício de 2017 do ente mencionado no texto 2A3AAA foi de

- A** R\$ 8.950.
- B** R\$ 12.650.
- C** R\$ 3.550.
- D** R\$ 5.000.
- E** R\$ 8.050.

QUESTÃO 124

O total das variações patrimoniais diminutivas constantes da demonstração das variações patrimoniais do exercício de 2017 do ente mencionado no texto 2A3AAA foi igual a

- A R\$ 11.500.
- B R\$ 14.750.
- C R\$ 15.500.
- D R\$ 16.550.
- E R\$ 10.750.

QUESTÃO 125

Considerando-se as informações do texto 2A3AAA, é correto afirmar que o resultado patrimonial do exercício de 2017 foi igual a

- A R\$ 5.300.
- B R\$ 7.100.
- C R\$ 1.800.
- D R\$ 4.450.
- E R\$ 5.000.

QUESTÃO 126

Ao se elaborar o balanço patrimonial, e os respectivos anexos, do exercício de 2017 do ente mencionado no texto 2A3AAA, comparando-se o ativo financeiro e o passivo financeiro, verifica-se que houve

- A déficit de R\$ 8.050.
- B déficit de R\$ 11.250.
- C superávit de R\$ 8.050.
- D superávit de R\$ 11.250.
- E déficit de R\$ 2.800.

QUESTÃO 127

Ao se analisar o índice de liquidez corrente do balanço patrimonial do exercício de 2017 do ente mencionado no texto 2A3AAA, é correto afirmar que há, para cada R\$ 1,00 em dívidas de curto prazo,

- A R\$ 1,75 em recursos de curto prazo.
- B R\$ 1,00 em recursos de curto prazo.
- C menos de R\$ 0,30 em recursos de curto prazo.
- D mais de R\$ 3,00 em recursos de curto prazo.
- E R\$ 2,75 em recursos de curto prazo.

QUESTÃO 128

No que se refere à demonstração do fluxo de caixa (DFC) e à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) aplicadas ao setor público, assinale a opção correta.

- A Por afetar o resultado, a depreciação de um bem do ativo será evidenciada na DMPL; como essa depreciação não implica em desembolso financeiro, ela não será evidenciada na DFC.
- B O reconhecimento de ajuste referente à perda de valor recuperável de equipamentos de informática dentro do exercício, em razão de mudança significativa no ambiente tecnológico, é evidenciado na DMPL, na conta ajustes de avaliação patrimonial.
- C O recebimento por hospital público de equipamento novo, em doação, representa incremento na expectativa de benefícios futuros, devendo ser evidenciado como entrada na DFC, no item referente a fluxos de investimentos.
- D Na DMPL, a conta patrimônio social/capital social refere-se ao patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e ao capital social das demais entidades da administração indireta.
- E A DMPL permite identificar a formação de déficit ou superávit financeiro do patrimônio líquido, enquanto a DFC permite identificar o resultado econômico, dividindo-o em fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

QUESTÃO 129

Determinado estado da Federação apresentou os seguintes dados, em que os valores são expressos em reais, referentes à execução orçamentária do exercício de 2017.

descrição	valores
receita tributária arrecadada	1.900
depósitos e cauções recebidas	1.800
alienação de bens	500
compensação financeira entre regimes previdenciários	700
contribuições dos servidores para plano de previdência	400
juros sobre a dívida externa	300
despesa empenhada com pessoal e encargos	1.100
amortização da dívida externa	1.300
despesa empenhada: contrato de limpeza	200
aquisição de imóveis realizada	600
inscrição de restos a pagar no exercício	200
aluguéis recebidos	900
dedução de receita para formação do FUNDEB	100
transferência para FPM	200

Com base nessas informações, o valor apurado da receita corrente líquida no exercício foi igual a

- A R\$ 2.800.
- B R\$ 3.900.
- C R\$ 1.400.
- D R\$ 1.700.
- E R\$ 2.100.

QUESTÃO 130

Determinado ente da Federação apresentou os seguintes totais anuais, em reais, extraídos da execução orçamentária e gestão fiscal.

informações	ano 1	ano 2	ano 3
dívida fiscal líquida	24.000	28.000	40.000
despesas de capital executadas	15.000	13.000	11.000
despesas correntes executadas	8.000	9.000	12.000
receitas correntes realizadas	13.000	16.000	22.000
receitas de capital realizadas	9.000	10.000	13.000
resultado primário	3.500	6.500	9.000

Considerando essas informações, assinale a opção correta a respeito do resultado nominal e sua apresentação nos demonstrativos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Ⓐ No ano 3, o resultado nominal apurado foi de R\$ 9.000, que deverá ser demonstrado em anexo próprio ao relatório de gestão fiscal.
- Ⓑ No ano 2, o resultado nominal apurado foi de R\$ 4.000, que deverá ser demonstrado em anexo próprio ao relatório resumido de execução orçamentária.
- Ⓒ No ano 3, o resultado nominal apurado foi de R\$ 5.000, que deverá ser demonstrado em anexo próprio ao relatório resumido de execução orçamentária.
- Ⓓ No ano 1, o resultado nominal apurado foi de R\$ 10.000, que deverá ser demonstrado em anexo próprio ao relatório resumido de execução orçamentária.
- Ⓔ No ano 2, o resultado nominal apurado foi de R\$ 7.000, que deverá ser demonstrado em anexo próprio ao relatório de gestão fiscal.

QUESTÃO 131

A respeito dos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O exercício do poder disciplinar não admite delegação ou avocação de atribuições.
- Ⓑ O exercício do poder disciplinar pode ser observado na imposição de multas de trânsito.
- Ⓒ O poder regulamentar é o poder de a administração pública editar leis em sentido estrito.
- Ⓓ A possibilidade de a administração pública restringir o gozo da liberdade individual em favor do interesse da coletividade decorre do poder de polícia.
- Ⓔ O poder hierárquico pode ser exercido pela União sobre uma sociedade de economia mista da qual ela seja acionista.

QUESTÃO 132

Quanto aos convênios firmados pela administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Da celebração do convênio surge uma personalidade jurídica de direito privado distinta de seus signatários.
- Ⓑ A celebração de um convênio por entidade pública deve ser precedida de procedimento licitatório.
- Ⓒ Os valores remanescentes repassados pelo órgão público podem permanecer com o outro participante, a título de taxa de administração, por ocasião do fim do convênio.
- Ⓓ Para a assinatura de convênio pela administração pública, é necessária autorização legislativa específica.
- Ⓔ Diferentemente do que ocorre nos contratos administrativos, nos convênios há convergência de propósitos entre os signatários.

QUESTÃO 133

No que se refere ao pregão, regulado pela Lei n.º 10.520/2002, assinale a opção correta.

- Ⓐ A realização do pregão pode se dar em até três dias úteis a partir da publicação do ato convocatório.
- Ⓑ Para a realização do pregão, é imprescindível que seja constituída uma comissão de licitação.
- Ⓒ As disposições da Lei n.º 8.666/1993 não se aplicam ao pregão, nem mesmo de forma subsidiária.
- Ⓓ Em se tratando da modalidade pregão, avalia-se somente a habilitação do licitante vencedor.
- Ⓔ É possível a alienação de bens públicos por pregão.

QUESTÃO 134

Determinado prefeito exarou ato administrativo autorizando o uso de bem público em favor de um particular. Pouco tempo depois, lei municipal alterou o plano diretor, no que tange à ocupação do espaço urbano, tendo proibido a destinação de tal bem público à atividade particular.

Nessa situação hipotética, o referido ato administrativo de autorização de uso de bem público extingue-se por

- Ⓐ revogação.
- Ⓑ anulação.
- Ⓒ contraposição.
- Ⓓ caducidade.
- Ⓔ cassação.

QUESTÃO 135

Para a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa,

- Ⓐ é suficiente a ofensa a princípios da administração pública.
- Ⓑ é possível o ajuizamento de ação judicial a qualquer tempo.
- Ⓒ exige-se a ocorrência de dano ao erário.
- Ⓓ exige-se a ocorrência de enriquecimento ilícito do agente público.
- Ⓔ exige-se o dolo.

QUESTÃO 136

As características das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) incluem

- Ⓐ não se sujeitar ao controle do tribunal de contas.
- Ⓑ se constituir sob a forma de sociedade empresária.
- Ⓒ adquirir personalidade jurídica de direito público.
- Ⓓ não receber recursos, bens e servidores públicos.
- Ⓔ operar em superávit, isto é, com balanço financeiro positivo.

QUESTÃO 137

Vencedora em regular processo licitatório, determinada sociedade empresária assinou contrato com a administração pública para a execução de determinada obra. No início dos trabalhos, constatou-se a presença de muitas rochas, fator que dificultaria e encareceria a fixação das fundações. Essa informação não foi indicada no projeto apresentado pela administração pública.

Nessa situação hipotética, a presença das rochas

- A** permite ao contratado rescindir o contrato.
- B** permite ao contratado a revisão do contrato, em razão de sujeição imprevista.
- C** é considerada caso fortuito, o que afasta a necessidade de revisão do preço contratual.
- D** é considerada força maior, o que afasta a necessidade de revisão do preço contratual.
- E** é um fato da administração, que dá ensejo à revisão do preço contratual.

QUESTÃO 138

Com base na Lei n.º 13.019/2014, a organização da sociedade civil estará impedida de celebrar parceria com a administração pública se

- A** seu dirigente for cônjuge de pessoa condenada por ato de improbidade.
- B** seu dirigente for cônjuge de membro do Ministério Público da mesma esfera governamental em que será celebrado o termo de fomento.
- C** for uma entidade estrangeira, ainda que tenha autorização para funcionar no território nacional.
- D** suas contas tiverem sido rejeitadas nos últimos cinco anos, mesmo que haja recurso com efeito suspensivo pendente de decisão.
- E** tiver realizado a prestação de contas fora do prazo em parcerias anteriores.

QUESTÃO 139

Assinale a opção que apresenta característica comum às sociedades de economia mista e às empresas públicas.

- A** Estão sujeitas ao regime de precatórios, como regra.
- B** Não gozam de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado.
- C** Não precisam realizar procedimento licitatório, a fim de viabilizar a atuação no mercado competitivo.
- D** São criadas por lei.
- E** Não estão sujeitas à fiscalização dos tribunais de contas.

QUESTÃO 140

A previsão em lei de cláusulas exorbitantes aplicáveis aos contratos administrativos decorre diretamente do princípio da

- A** publicidade.
- B** moralidade.
- C** legalidade.
- D** eficiência.
- E** supremacia do interesse público.

QUESTÃO 141

No título referente à Ordem Social, o constituinte dispôs o seguinte: “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. Considerando-se a classificação das normas constitucionais quanto a sua eficácia, é correto afirmar que tal dispositivo é uma norma

- A** de eficácia plena.
- B** de eficácia contida.
- C** exaurida.
- D** autoexecutável.
- E** programática.

QUESTÃO 142

A ação constitucional que tem o cidadão como legitimado ativo e que objetiva defender interesse difuso para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural denomina-se

- A** mandado de segurança.
- B** *habeas data*.
- C** *habeas corpus*.
- D** ação civil pública.
- E** ação popular.

QUESTÃO 143

A respeito das funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

- I** O Ministério Público estadual possui legitimidade ativa autônoma para ajuizar reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF), desde que haja ratificação da inicial pelo procurador-geral da República.
- II** A Defensoria Pública possui legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública e defender interesses transindividuais — coletivos *stricto sensu* e difusos — e interesses individuais homogêneos.
- III** Os procuradores dos estados, que possuem remuneração estabelecida exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, exercem funções de consultoria jurídica e representação judicial dos respectivos entes federados.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 144

Conforme o entendimento do STF, lei estadual que imponha a prestação de serviço de segurança em estacionamento a todo estabelecimento comercial que disponibilize local para estacionamento deverá ser julgada

- A** constitucional porque a responsabilidade pela segurança é de todos.
- B** constitucional por atender ao princípio da ordem econômica do direito do consumidor.
- C** inconstitucional por violar o princípio da livre iniciativa.
- D** inconstitucional porque a responsabilidade de conceder segurança é atribuição exclusiva do Estado.
- E** constitucional por atender ao princípio da função social da propriedade.

QUESTÃO 145

Maria, ocupante do cargo de assistente social do estado do Rio Grande do Sul, prestou concurso público para o emprego de enfermeira em uma sociedade de economia mista federal. Há compatibilidade de horários no exercício cumulativo das duas funções.

Conforme o entendimento do STF, nessa situação Maria

- A** não pode acumular as duas funções, pois a Constituição Federal de 1988 (CF) apenas permite a acumulação remunerada de cargo público quando um deles é de nível médio.
- B** não pode acumular as duas funções, pois o cargo de assistente social não é considerado cargo da área da saúde.
- C** pode acumular as duas funções, pois a situação está abarcada nas hipóteses excepcionais de acumulação remunerada de cargos e empregos públicos.
- D** pode acumular as duas funções, pois a proibição constitucional de acumulação apenas abarca cargos e empregos no âmbito de um mesmo ente federativo.
- E** pode acumular as duas funções, uma vez que a Constituição Federal de 1988 (CF) permite a acumulação remunerada de um cargo de profissional de saúde com outro técnico ou científico.

QUESTÃO 146

Conforme o STF, no que se refere às carreiras de segurança pública, o exercício do direito de greve é

- A** vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- B** permitido aos servidores públicos civis e aos militares.
- C** permitido apenas aos policiais civis, salvo em caso de estado de sítio e estado de defesa.
- D** permitido apenas aos policiais civis que atuem diretamente na área de segurança pública.
- E** vedado aos policiais civis, salvo se essa atividade for suprida por órgão da iniciativa privada.

QUESTÃO 147

Emenda à Constituição de determinado estado da Federação que extinga os tribunais de contas dos municípios desse ente federado será

- A** inconstitucional, porque a CF proíbe expressamente tanto a criação quanto a supressão desses órgãos, se existentes.
- B** inconstitucional, porque a extinção por norma estadual atenta contra o pacto federativo.
- C** constitucional, porque a CF não proíbe a extinção de tribunais de contas dos municípios.
- D** constitucional, uma vez que não haverá prejuízo ao controle externo, pois o Tribunal de Contas da União assumirá suas funções.
- E** inconstitucional, porque, em decorrência do princípio do controle fiscalizatório, financeiro e patrimonial, é proibida a extinção de tribunais de contas dos municípios.

QUESTÃO 148

O chefe do Poder Executivo editou decreto regulamentar visando dar fiel cumprimento a determinada lei. Tal lei, entretanto, foi declarada inconstitucional em ação direta de inconstitucionalidade no STF. A ação não fez qualquer menção ao decreto.

Nessa situação hipotética, o STF

- A** não poderá declará-lo inconstitucional, porque o decreto não foi objeto da ação constitucional e, no controle concentrado de constitucionalidade, o Poder Judiciário está adstrito ao princípio da congruência.
- B** poderá declará-lo inconstitucional, por se tratar de inconstitucionalidade por arrastamento.
- C** poderá declará-lo inconstitucional, por se tratar de declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- D** poderá declará-lo inconstitucional, por se tratar de declaração de inconstitucionalidade com redução parcial de texto.
- E** não poderá declará-lo inconstitucional, porque a decisão do órgão julgador deve se limitar estritamente ao que foi pedido na petição inicial.

QUESTÃO 149

Assinale a opção que apresenta o entendimento firmado em jurisprudência do STF a respeito do julgamento de governador por crimes comuns e da competência legislativa.

- A** É permitido à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao STF dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.
- B** É vedado à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao tribunal de justiça local dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.
- C** É vedado à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.
- D** É permitido às unidades federativas instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao tribunal de justiça local dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.
- E** É permitido à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.

QUESTÃO 150

Determinado estado da Federação incluiu, por meio de emenda constitucional, dispositivo na sua Constituição prevendo que, na análise das licitações estaduais, serão considerados, para a averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à fazenda pública do estado.

Conforme a jurisprudência do STF, caso seja ajuizada ação direta de inconstitucionalidade contra a referida emenda, o STF deverá

- A** extinguir a ação sem resolução de mérito porque não cabe perante o STF controle de constitucionalidade em face de emenda constitucional estadual.
- B** pronunciar-se pela procedência da ação porque as constituições analíticas não podem conter matéria alheia a tema inerente ao direito constitucional.
- C** arquivar a ação porque não cabe controle de constitucionalidade em face de emenda constitucional.
- D** julgar a emenda inconstitucional por afrontar o princípio da isonomia.
- E** decidir pela constitucionalidade da emenda por atender aos princípios da finalidade pública e legalidade.

QUESTÃO 151

A respeito de tributo, assinale a opção correta.

- A** O tributo somente pode se referir a serviço público específico e divisível.
- B** Não se admite dação em pagamento em caso de tributo, o qual é prestação exclusivamente pecuniária.
- C** O ato que gera o tributo é sempre lícito, não se confundindo tributo e multa.
- D** No tocante à atualização de alíquota, o tributo submete-se ao princípio da legalidade mitigada.
- E** A função ou o ônus de arrecadação do tributo não podem ser atribuídos a pessoas de direito privado, conforme o Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 152

Imposto que possui alíquota única e base de cálculo variável

- A** é seletivo, já que seu valor final depende da base de cálculo.
- B** é progressivo e promove justiça fiscal relativa à capacidade contributiva do contribuinte.
- C** promove equidade vertical aos contribuintes, por não ser regressivo.
- D** promove justiça fiscal neutra e atende ao princípio da proporcionalidade.
- E** é um meio de implementação da extrafiscalidade, por incentivar ou inibir o consumo.

QUESTÃO 153

Após regular processo administrativo, determinado auditor tributário aplicou multa a contribuinte, em decorrência do não recolhimento de imposto. O valor da multa corresponde ao dobro do montante não recolhido com base em previsão legal.

Nessa situação hipotética,

- A** não se aplica o princípio do não confisco, porque não se pode confundir multa com tributo.
- B** não se aplicará o princípio do não confisco caso haja previsão legal nesse sentido.
- C** a redução da multa é condicionada à anulação do processo administrativo.
- D** não é possível a redução do valor da multa por decisão judicial.
- E** houve violação do princípio do não confisco, dado o valor da multa aplicada.

QUESTÃO 154

Determinada entidade religiosa presta serviços de batismo e casamento, revende artigos religiosos produzidos por uma fábrica e vende artesanato sacro produzido pelos membros da entidade. Além disso, a entidade tem, além do imóvel onde funciona o templo, outros imóveis cuja renda é revertida à composição do patrimônio da entidade.

Nessa situação hipotética, a imunidade religiosa relativa ao pagamento de impostos

- A** não abrange a venda do artesanato.
- B** abrange todas as situações mencionadas.
- C** não abrange o IPTU em caso de configuração de concorrência desleal.
- D** não abrange os serviços de batismo e casamento.
- E** abrange o ICMS relativo à compra e à venda de artigos religiosos da fábrica.

QUESTÃO 155

O ciclo que origina o dever de tributar engloba a hipótese tributável prevista em abstrato pela lei, a ocorrência de fenômeno concreto amoldável à situação, o surgimento do dever de adimplir prestação, a verificação da inadimplência e a realização do lançamento. Nesse ciclo,

- A** a primeira etapa refere-se à subsunção de norma ao fato gerador.
- B** a segunda etapa diz respeito à hipótese de incidência.
- C** a terceira etapa depende de ato administrativo concreto para se aperfeiçoar.
- D** a terceira etapa diz respeito ao nascimento do crédito tributário.
- E** a quarta etapa corresponde à constituição do crédito tributário.

QUESTÃO 156

Aberta a sucessão após o falecimento de Eriberto, foram verificadas, antes da sentença de partilha, dívidas oriundas do não pagamento de IPVA referente a veículo de propriedade de Eriberto, com fato gerador posterior ao óbito, e do não recolhimento do imposto de renda (IR) referente ao período anterior a sua morte.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto no Código Tributário Nacional (CTN),

- A** os responsáveis tributários pelo IR serão os sucessores e os meeiros.
- B** o inventariante será o responsável tributário pela dívida do IPVA.
- C** o contribuinte do IR é o espólio.
- D** o responsável pelo IR é o *de cuius*.
- E** o contribuinte do IPVA é o *de cuius* que detinha a propriedade do bem.

QUESTÃO 157

A respeito do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123/2006) e do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), conforme a Lei Complementar n.º 116/2003, julgue os itens a seguir.

- I O contribuinte do ISSQN é o tomador do serviço.
- II Considera-se estabelecimento prestador do ISSQN a sede da unidade econômica.
- III É incabível a retenção na fonte do ISSQN a microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas à tributação do Simples Nacional por valores mensais fixos.
- IV A diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada nas retenções de ISSQN por microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser recolhida por guia de recolhimento do município.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 158

Considerando o disposto no Decreto n.º 3.000/1999 e na Instrução Normativa RFB n.º 971/2009, julgue os itens a seguir.

- I Incide IR na fonte nos rendimentos de serviços profissionais creditados ou pagos de pessoa jurídica a pessoa jurídica que realize consultoria ou serviços médicos.
- II Os serviços de propaganda e publicidade prestados por pessoa jurídica para pessoa jurídica não estão sujeitos à retenção de IR na fonte.
- III A intermitência do serviço prestado descaracteriza a continuidade da cessão de mão de obra necessária para a retenção previdenciária sobre a fatura de prestação de serviço.
- IV A retenção previdenciária não é necessária na prestação exclusiva de serviço profissional regulamentado por lei federal, desde que prestado diretamente pelos sócios, sem a utilização de empregados.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 159

Autoridade fazendária lavrou termo de inscrição de dívida ativa contendo apenas os seguintes dados: nome do devedor, quantia devida, data da inscrição e número do processo administrativo do qual se originou.

De acordo com o CTN, o termo deveria conter, ainda, obrigatoriamente,

- A** a memória de cálculo detalhada dos juros de mora.
- B** os responsáveis tributários.
- C** o endereço do devedor.
- D** o CPF e o RG do devedor.
- E** a previsão legal do crédito.

QUESTÃO 160

Considerando que determinada empresa tenha recolhido ICMS por substituição tributária em relação a fatos geradores que ainda não ocorreram no momento do pagamento, assinale a opção correta.

- A** A substituição tributária possui previsão constitucional.
- B** A responsabilidade só pode ser auferida após a ocorrência do fato gerador.
- C** É hipótese de substituição tributária regressiva.
- D** É impossível a restituição do tributo, mesmo que a base de cálculo efetiva seja inferior à presumida.
- E** São obrigados por lei a pagar o tributo tanto o contribuinte direto quanto o responsável tributário.

QUESTÃO 161

Para um mercado hipotético, que opera em concorrência perfeita, as quantidades demandadas e ofertadas bem como os respectivos preços, em unidades monetárias (UM), estão descritos na tabela a seguir.

preço	demanda	oferta
10	7	3
20	6	4
30	5	5
40	4	6

Com relação a essa economia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se o preço for fixado em 40 UM, haverá excesso de demanda.
- Ⓑ Ao preço de 20 UM, a elasticidade-preço da oferta, em valor absoluto, será igual a 0,5, sendo, portanto, inelástica.
- Ⓒ Ao preço de 30 UM, a elasticidade-preço da demanda será maior que a elasticidade-preço da oferta, em valores absolutos.
- Ⓓ Ao preço de 30 UM, a elasticidade-preço da demanda, em valor absoluto, será igual 0,5, sendo, portanto, inelástica.
- Ⓔ O preço de equilíbrio será de 35 UM.

QUESTÃO 162

Considere que $u(x_1, x_2) = 4x_1^{1/2} + 8x_2^{1/2}$ seja a função utilidade do consumidor, em que $x_i(p_1, p_2, w)$ é a demanda do consumidor em relação ao bem i , $i = 1, 2$, p_1 é o preço do bem 1, p_2 é o preço do bem 2 e w é a riqueza do consumidor. Nessa situação, em relação ao comportamento do consumidor, é correto afirmar que a demanda marshalliana do consumidor pelo bem

- Ⓐ 1 é dada por $x_1(p_1, p_2, w) = \frac{p_2 w}{p_1 p_2 + p_1^2}$.
- Ⓑ 1 é dada por $x_1(p_1, p_2, w) = \frac{4wp_1}{2p_2^2 + 4p_1 p_2}$.
- Ⓒ 2 é dada por $x_2(p_1, p_2, w) = \frac{2wp_1}{p_2^2 + 4p_1 p_2}$.
- Ⓓ 2 é dada por $x_2(p_1, p_2, w) = \frac{4wp_1}{p_2^2 + 4p_1 p_2}$.
- Ⓔ 1 é igual à demanda marshalliana do consumidor pelo bem 2.

QUESTÃO 163

A respeito dos resultados clássicos de microeconomia, julgue os itens seguintes.

- I Sob concorrência perfeita, o custo marginal é igual à receita marginal, sendo a última independente do preço de mercado.
- II Preços relativos de produtos não influenciam na determinação da demanda do consumidor.
- III Em concorrência monopolística, a renda do consumidor é a variável relevante para descrever as escolhas de demanda do consumidor.
- IV Multiplicando-se todos os preços da economia por um escalar $a > 0$, a demanda do consumidor não se altera.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e IV estão certos.

QUESTÃO 164

Julgue os itens a seguir, considerando a classificação microeconômica dos bens.

- I Se a curva de demanda é positivamente inclinada, então o bem é denominado bem inferior.
- II Se o efeito renda é maior que o efeito substituição, então o bem é denominado bem de Giffen.
- III Se a elasticidade-preço da demanda for negativa, os bens são complementares.
- IV Para bens com demandas lineares, a elasticidade-preço da demanda é constante.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

QUESTÃO 165

Considerando que $u(x_1, x_2)$ é a função utilidade do consumidor, em que x_i , $i = 1$ e 2 , é a demanda do consumidor em relação ao bem i , e que p_i é o preço do bem i , assinale a opção correta.

- Ⓐ Se um bem é inferior, a curva de Engel é positivamente inclinada.
- Ⓑ Se $u(x_1, x_2) = 5x_1 + 2x_2$ é a função utilidade do consumidor, então os bens são substitutos perfeitos.
- Ⓒ Se $u(x_1, x_2) = x_1 + x_2$ é a função utilidade do consumidor, então os bens são complementares.
- Ⓓ Na função utilidade $u(x_1, x_2) = 2x_1 + 10x_2$, a curva de indiferença do consumidor assume a forma de ângulo reto.
- Ⓔ Se os bens são substitutos perfeitos, o consumidor irá adotar uma estratégia balanceada de consumo entre os dois bens.

QUESTÃO 166

A respeito de falhas de mercado e de bens públicos, assinale a opção correta.

- A** Um bem é denominado público se é rival e excludente.
- B** Um bem é denominado comum se é não rival e não excludente.
- C** Se o benefício social de determinada ação for de 30 unidades e o benefício privado for de 20 unidades e se o custo marginal for expresso por $10 + 2a$, em que a é o nível da ação, então haverá deficiência de 5 unidades na produção socialmente ótima.
- D** Sendo o benefício social de determinada ação expressa por $400 - 10a$ e o custo social igual a $100 + 20a$, em que a é o nível da ação, então o nível ótimo da ação será $a = 20$ unidades.
- E** Uma rodovia livre de pedágio é considerada um bem público.

QUESTÃO 167

Acerca do sistema de contas nacionais e dos principais agregados macroeconômicos e monetários em uma economia em que não há subsídio à produção, assinale a opção correta.

- A** A produção interna de bens e serviços finais realizados na economia é superior à soma da remuneração dos fatores de produção.
- B** O aumento do nível geral de preços da economia reduz a demanda por moeda na forma dos meios de pagamento.
- C** O valor do M1 — papel moeda em poder do público mais depósito à vista em banco comercial — é igual à base monetária.
- D** Nas contas nacionais, o acúmulo de estoques indesejados é contabilizado como consumo das famílias.
- E** Bem produzido, mas não vendido, só entra no cálculo do produto interno bruto no ano de sua venda ou comercialização.

QUESTÃO 168

De acordo com o modelo IS-LM e com as principais teorias relacionadas à política econômica, assinale a opção correta.

- A** Uma expansão monetária por meio de aumento na quantidade de moeda em circulação gera retração no consumo das famílias.
- B** Se for fixa a quantidade de moeda, a retração na preferência pela liquidez eleva a taxa de juros e diminui o produto de equilíbrio.
- C** Mudanças na sensibilidade do investimento em relação à taxa de juros faz que a curva LM fique mais vertical.
- D** Reajuste dos salários nominais reduz o produto e eleva a taxa de juros de equilíbrio.
- E** Se o banco central adota o regime de metas de inflação, uma política fiscal expansionista aumenta a quantidade de moeda e reduz o produto de equilíbrio.

QUESTÃO 169

Tendo como referência uma pequena economia aberta, assinale a opção correta.

- A** No regime de câmbio fixo, a redução de impostos reduz as reservas internacionais.
- B** Nessa economia, é possível que o banco central adote, simultaneamente, metas de inflação, meta de câmbio e perfeita mobilidade de capitais.
- C** Se o regime for o de câmbio flutuante e se houver plena mobilidade de capitais, a política monetária será ativa.
- D** Se o regime for o de câmbio fixo, o aumento da taxa de juros internacional aumenta o consumo e a renda de equilíbrio.
- E** Se o banco central adota o regime de metas de inflação, o aumento das exportações líquidas proporciona expansão dos meios de pagamento.

QUESTÃO 170

Assinale a opção correta de acordo com os principais resultados macroeconômicos e as principais teorias monetárias.

- A** No modelo keynesiano, a taxa de juros é determinada pela produtividade marginal do capital.
- B** No modelo neoclássico tradicional, havendo desemprego, os salários nominais crescerão mais rapidamente que os preços.
- C** Se as expectativas das agendas são racionais, o processo de deflação da economia será gradual, até que a economia retorne ao pleno emprego.
- D** As operações de *swap* cambial adotadas pelo banco central não afetam as reservas internacionais.
- E** Segundo a teoria quantitativa da moeda, a moeda não possui efeitos temporários sobre a economia, estabelecendo, dessa forma, a sua neutralidade tanto no curto prazo quanto no longo prazo.

QUESTÃO 171

Uma economia tem as seguintes características monetárias:

papel moeda em poder do público: 300 unidades;
reserva bancária: 100 unidades;
depósitos à vista em bancos comerciais: 2.000 unidades.

Nessa economia, o valor do multiplicador monetário é igual a

- A** 5,75.
- B** 3,75.
- C** 4,25.
- D** 4,75.
- E** 5,25.

QUESTÃO 172

Tendo em vista as relações entre câmbio, moeda e política econômica, julgue os itens a seguir.

- I Se a economia adota o regime de câmbio flutuante, uma expansão dos salários nominais aumenta a taxa de juros de equilíbrio.
- II No regime de câmbio flutuante, a expansão dos salários nominais não altera o produto de equilíbrio.
- III No regime de câmbio fixo, o aumento nos salários nominais reduz o produto de equilíbrio.
- IV No regime de câmbio fixo, elevações nos salários nominais reduzem as exportações líquidas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e IV estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 173

A função $u(x_1, x_2) = x_1 x_2^2$, em que x_1 é a quantidade consumida do bem 1 e x_2 é a quantidade consumida do bem 2, é a função utilidade, do tipo Cobb-Douglas, do agente representativo.

Nesse caso, considerando-se que p_1 seja o preço do bem 1 e que p_2 seja o preço do bem 2, então a demanda hicksiana ou compensada do bem 1 é expressa por:

- A $\frac{1}{2^{1/3}} u^{1/3} \left(\frac{p_2}{p_1} \right)^{2/3}$.
- B $\frac{1}{4^{1/3}} u^{1/3} \left(\frac{p_2}{p_1} \right)^{2/3}$.
- C $\frac{1}{2^{1/3}} u^{1/2} \left(\frac{p_2}{p_1} \right)^{1/2}$.
- D $\frac{1}{4^{1/3}} u^{1/2} \left(\frac{p_2}{p_1} \right)^{1/2}$.
- E $u^{1/3} \left(\frac{p_2}{p_1} \right)^{2/3}$.

Texto 2A8AAA

A equipe econômica está preocupada com os riscos de descumprimento da chamada “regra de ouro” das finanças públicas — artigo 167 da Constituição Federal (CF) —, que proíbe o governo de emitir dívida em valor superior às despesas de capital.

Fabio Graner e Murillo Camarotto. *Governo vê risco à “regra de ouro” fiscal*. In: *Folha de S.Paulo*, 21/8/2017 (com adaptações).

QUESTÃO 174

Estabelecida pela CF, a “regra de ouro”, referida no texto 2A8AAA, é importante para as finanças públicas porque

- A impede o financiamento de investimento público.
- B detém a solvência fiscal de longo prazo.
- C prejudica o financiamento de despesas correntes por operações de crédito.
- D flexibiliza o orçamento público.
- E facilita que os gastos correntes da atual geração sejam também pagos pelas gerações futuras.

QUESTÃO 175

Ainda com referência ao texto 2A8AAA, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da CF.

- I Devido à previsão constitucional da “regra de ouro”, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não cuida de operações de crédito dos entes da Federação.
- II Operações de créditos acima do limite imposto pelas despesas de capital podem ser realizadas desde que autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- III Os déficits primários do governo federal interferem no cumprimento da “regra de ouro”.
- IV A despeito da importância da “regra de ouro” para as finanças públicas, seu descumprimento não tem consequências legais.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 176

O Estado pode intervir de formas distintas na economia. Por meio da gestão da política econômica, um governo é capaz de controlar preços, influenciar salários ou impor choques na demanda ou na oferta. Consideram-se os três instrumentos clássicos de política monetária

- A as alíquotas de tributos, o consumo do governo e o orçamento público.
- B o subsídio ao crédito, o controle de preços administrados e o gerenciamento do risco país.
- C os recolhimentos obrigatórios de recursos no banco central, os depósitos de poupança e a emissão de títulos públicos.
- D o controle cambial, a administração da dívida pública e a oferta de moeda.
- E as taxas de redesconto, as operações de mercado aberto e as reservas compulsórias sobre depósitos.

QUESTÃO 177

No Brasil, imposto é

- A tributo cobrado pela prestação de serviço público específico e divisível, efetivamente prestado ou potencialmente colocado à disposição do contribuinte.
- B tributo pago em decorrência de melhoria realizada pelo setor público, com finalidade social e que atenta para o princípio da noventena.
- C de competência privativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- D de caráter extrafiscal, isto é, seu objetivo primordial é arrecadar.
- E todo tributo previsto na CF.

QUESTÃO 178

Na contabilidade pública, receita orçamentária é definida legalmente como

- A o recurso empregado pelo Estado em programas e ações cuja finalidade principal é atender às necessidades privadas e demandas do Congresso Nacional.
- B toda receita pública que observa as seguintes etapas, nessa ordem: arrecadação, recolhimento e lançamento.
- C toda receita arrecadada que representa ingresso financeiro orçamentário, inclusive, com algumas ressalvas, aquelas provenientes de operações de crédito.
- D as receitas públicas nas quais os ingressos auferidos pelo poder público para cobertura das despesas públicas são de caráter devolutivo.
- E as receitas privadas que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro do ente federativo.

QUESTÃO 179

Os indicadores fiscais são medidas de finanças públicas que permitem avaliar o desempenho fiscal de um Estado ao longo do tempo. Nesse sentido, denomina-se resultado nominal

- A a variação da dívida bruta fiscal em determinado período de tempo, considerando-se o conceito fiscal mais restrito.
- B o conceito fiscal mais amplo, excluindo-se apenas a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida bruta.
- C a diferença correspondente à necessidade de financiamento do setor público (NFSP), isto é, o resultado primário mais a parcela referente à atualização monetária da dívida líquida.
- D a diferença entre fluxo agregado de receitas totais — inclusive de aplicações financeiras — e despesas totais — inclusive despesas com juros — em determinado período.
- E a diferença, em determinado período, entre fluxo agregado de receitas totais e despesas totais deduzida da parcela referente à atualização monetária da dívida líquida.

QUESTÃO 180

A lei orçamentária anual (LOA), emanada do Poder Executivo, estabelece as receitas e as despesas projetadas para o exercício seguinte. No que se refere à classificação, a esfera orçamentária da LOA tem como finalidade identificar se a despesa pertence ao

- A nível de atividade, de projeto ou de operação especial.
- B nível geral, específico ou de encargos especiais.
- C orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento.
- D orçamento federal, estadual ou municipal.
- E orçamento originário, administrativo ou organizacional.

QUESTÃO 181

Na execução do orçamento, as dotações inicialmente aprovadas na LOA podem se mostrar insuficientes, condição que permite que tal lei seja modificada por meio de créditos adicionais classificados como créditos especiais, os quais se

- A destinam a despesas para as quais não exista dotação orçamentária específica, dependem da existência de recursos para a sua abertura e devem ser autorizados por lei.
- B destinam apenas ao exercício em que forem autorizados, sem exceção quanto a extensão de sua vigência.
- C destinam somente a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, calamidade pública ou comoção interna.
- D destinam a reforçar a dotação orçamentária e limitados a determinada importância ou percentual, sem a necessidade de submissão ao Poder Legislativo.
- E incorporam ao orçamento do exercício financeiro seguinte ao exercício em que foram autorizados.

QUESTÃO 182

Sabendo que os princípios orçamentários visam estabelecer diretrizes a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, assinale a opção que apresenta regra decorrente do princípio da unidade.

- A As receitas e as despesas constantes na LOA serão registradas pelo valor total bruto, vedadas quaisquer deduções.
- B Cada ente federado deve ter seu próprio orçamento, a fim de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- C A LOA de cada ente federado deve conter as receitas e as despesas dos respectivos poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- D O período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA se referirem deve coincidir com o ano civil: de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.
- E A LOA será única e não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

QUESTÃO 183

A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

- A ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.
- B combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.
- C interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.
- D gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.
- E distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.

QUESTÃO 184

No contexto da política fiscal, pode-se sintetizar a matemática dos déficits e da dívida pública para acompanhar a evolução da razão dívida/PIB da seguinte forma:

$$\frac{B_t}{Y_t} - \frac{B_{t-1}}{Y_{t-1}} = (r-g) \frac{B_{t-1}}{Y_{t-1}} + \frac{G_t - T_t}{Y_t}$$

Aqui, as taxas são obtidas pela aproximação $\frac{(1-r)}{(1-g)} \cong (1+r-g)$; todas as variáveis estão em termos reais e t indica o tempo: ano t . Também:

B_t = dívida pública no final do ano t ;
 Y_t = produto interno bruto (PIB) do ano t ;
 r = taxa real de juros;
 g = taxa de crescimento do PIB;
 G_t = montante de gastos do governo com bens e serviços durante o ano t ;
 T_t = impostos menos transferências durante o ano t .

Dessa forma, é correto afirmar que menor será a razão dívida/PIB final quanto

- A menor for a constante g .
- B maior for o déficit primário em razão do PIB.
- C maior for a constante r .
- D maior for g em relação a r .
- E maior for o coeficiente de endividamento inicial.

QUESTÃO 185

Reformas no sistema previdenciário já foram realizadas em distintos países, tanto para ampliar o investimento público como para redistribuir a renda. No Brasil, as propostas para se promoverem ajustes nas regras de aposentadorias e pensões têm como justificativa

- A a mudança no padrão demográfico dos brasileiros, que contribuiu para reduzir os gastos previdenciários.
- B o fato de a previdência ser a principal razão do aumento dos gastos primários do governo nos últimos anos.
- C a desvinculação de receitas da união (DRU), mecanismo que permitiu ao governo federal utilizar-se de 40% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas, inclusive contribuições sociais.
- D o elevado crescimento do gasto primário do governo central em percentual do PIB, que passou de 10% no início da década de 90 do século XX para 13% em 2016.
- E a idade média de aposentadoria, mais elevada que a dos países ditos avançados — países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

QUESTÃO 186

Conforme a teoria das finanças públicas, falhas de mercado impediriam uma situação ótima de Pareto. Tal teoria considera falhas de mercado a existência de

- A bens públicos, informação assimétrica e mercados incompletos.
- B bens públicos, monopólios e desemprego.
- C inflação, externalidades negativas e competição.
- D externalidades positivas, monopólios e simetria de informação.
- E governo, monopólios naturais e mercado incompletos.

QUESTÃO 187

Um indivíduo investiu a quantia de C reais em uma aplicação financeira, no regime de juros compostos. No final do primeiro mês, o rendimento foi de $x\%$, no final do segundo mês, foi de $y\%$ e, no final do terceiro mês, o rendimento foi de $z\%$. Desconsiderando-se quaisquer descontos de impostos e taxas de administração, ao final do terceiro mês, o montante M auferido nessa aplicação pode ser expresso na forma $M = C + wC$.

Nesse caso,

- A $w = \frac{x+y+z}{100}$.
- B $w = \frac{xyz}{100^3}$.
- C $w = \frac{1}{100}(x+y+z) + \frac{1}{100^2}(xy+xz+yz) + \frac{xyz}{100^3}$.
- D $w = 1 + \frac{1}{100}(x+y+z) + \frac{1}{100^2}(xy+xz+yz) + \frac{xyz}{100^3}$.
- E $w = 1 + \frac{x+y+z}{100}$.

QUESTÃO 188

Em um bairro nobre de determinada cidade, uma imobiliária colocou à venda vários terrenos: independentemente do tamanho, o preço do metro quadrado é o mesmo para todos os terrenos à venda. Um terreno retangular de 600 m^2 de área custa R\$ 3.240.000. Em outro terreno, também retangular, um dos lados é 25% maior que o lado equivalente do primeiro terreno; o outro lado é 20% menor que o lado equivalente do primeiro terreno.

Nesse caso, o preço do segundo terreno é igual a

- A R\$ 1.458.000.
- B R\$ 3.240.000.
- C R\$ 3.402.000.
- D R\$ 3.078.000.
- E R\$ 3.564.000.

QUESTÃO 189

Um indivíduo investiu a quantia de R\$ 1.000 em determinada aplicação, com taxa nominal anual de juros de 40%, pelo período de 6 meses, com capitalização trimestral.

Nesse caso, ao final do período de capitalização, o montante será de

- A R\$ 1.200.
- B R\$ 1.210.
- C R\$ 1.331.
- D R\$ 1.400.
- E R\$ 1.100.

QUESTÃO 190

No regime de juros simples, um título com valor nominal de R\$ 38.290,20 vence em 6 meses. A taxa de juros usada na negociação é de 24% ao ano e o resgate do título será feito dois meses antes de seu vencimento.

Considerando o desconto racional, assinale a opção correspondente ao cálculo correto do valor a ser resgatado nessa situação.

- A** $\frac{38.290,20}{\left(1 + \frac{0,24}{12}\right)^4}$
- B** $38.290,20 \times \left(1 - \frac{0,24}{12} \times 2\right)$
- C** $\frac{38.290,20}{1 + \frac{0,24}{12} \times 2}$
- D** $\frac{38.290,20}{1 + \frac{0,24}{12} \times 4}$
- E** $\frac{38.290,20}{\left(1 + \frac{0,24}{12}\right)^2}$

QUESTÃO 191

O preço do litro de determinado produto de limpeza é igual a R\$ 0,32. Se um recipiente tem a forma de um paralelepípedo retângulo reto, medindo internamente 1,2 dm × 125 cm × 0,08 hm, então o preço que se pagará para encher esse recipiente com o referido produto de limpeza será igual a

- A** R\$ 3,84.
- B** R\$ 38,40.
- C** R\$ 384,00.
- D** R\$ 3.840,00.
- E** R\$ 38.400,00.

QUESTÃO 192

João, Pedro e Tiago, três investidores amadores, animados com a popularização das criptomoedas, investiram 12, 14 e 24 mil reais, respectivamente, em moeda virtual. Após uma semana do investimento, eles perceberam que o prejuízo acumulado, que era de 8 mil reais, deveria ser dividido entre os três, em proporção direta aos valores investidos.

Nessa situação, em caso de desistência do investimento após a constatação do prejuízo, João, Pedro e Tiago receberão, respectivamente, as quantias, em reais, de

- A** 9.340, 11.340 e 21.340.
- B** 10.080, 11.760 e 20.160.
- C** 11.920, 13.240 e 22.840.
- D** 2.660, 2.660 e 2.660.
- E** 1.920, 2.240 e 3.840.

QUESTÃO 193

Tendo aplicado determinado capital durante N meses à taxa de juros de 48% ao ano, no regime de juros simples, determinado investidor obteve o montante de R\$ 19.731,60. Considerando que a rentabilidade era favorável, o investidor estendeu a aplicação do capital inicial por mais um semestre, o que o levou a obter, ao final de todo o período, o montante de R\$ 23.814,00.

Nessa situação, o capital inicial investido e a quantidade de meses que ele permaneceu aplicado são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 14.508,52 e 9 meses.
- B** R\$ 16.537,50 e 11 meses.
- C** R\$ 17.010,00 e 10 meses.
- D** R\$ 18.040,90 e 8 meses.
- E** R\$ 13.332,16 e 12 meses.

QUESTÃO 194

Um comerciante contratou um estagiário, estudante universitário, para cuidar dos registros das informações financeiras no sistema da loja. O banco do qual o comerciante é cliente oferece o serviço de desconto de cheques, cobrando a taxa de desconto comercial simples de 7,5% ao mês. Todavia, o sistema da loja só registra a taxa efetiva dessas operações.

Nessa situação, se o comerciante depositar um cheque no valor de R\$ 100 para ser descontado com antecedência de 1 mês, a taxa efetiva registrada pelo sistema da loja será

- A** inferior a 6,5%.
- B** superior a 6,5% e inferior a 7,5%.
- C** superior a 7,5% e inferior a 8,5%.
- D** superior a 8,5% e inferior a 9,5%.
- E** superior a 9,5%.

QUESTÃO 195

Determinada empresa tem uma dívida de R\$ 1.000.000 que vence daqui a seis meses. A taxa de juros é de 21% ao ano. No orçamento da empresa, o contador reservou uma quantia para pagar os juros dessa dívida com base na taxa semestral composta equivalente à citada. O contrato, entretanto, explicita que serão cobrados juros à taxa proporcional.

Nessa situação, o valor reservado pelo contador para o pagamento dos juros da dívida foi

- A** R\$ 5.000 menor que o valor correto.
- B** R\$ 5.000 maior que o valor correto.
- C** R\$ 24.100 menor que o valor correto.
- D** R\$ 24.100 maior que o valor correto.
- E** exatamente igual ao valor correto.

QUESTÃO 196

Ao verificar que o volume de vendas, em reais, aumentou 8,02%, o gerente de uma fábrica quis publicar no relatório que a produção havia aumentado 8,02%, o que refletiria melhora na produtividade das instalações. Porém, ao ser informado de que os preços dos produtos (inflação), no mesmo período, aumentaram 10%, o gerente percebeu que, na realidade, no período, a produção

- A** aumentou 7,218%.
- B** caiu 9,82%.
- C** caiu 1,80%.
- D** aumentou 0,982%.
- E** caiu 1,98%.

QUESTÃO 197

Um pai, preocupado em compor recursos para a educação superior de seu filho, idealizou juntar dinheiro em uma conta investimento que rende 8% ao ano. O pai depositaria, durante nove anos, R\$ 24.000 por ano nessa conta, para que o filho fizesse cinco saques de valores iguais, um a cada ano, com o primeiro saque um ano após o último depósito. O saldo remanescente a cada saque ficaria rendendo à mesma taxa até o quinto saque, quando o saldo se anularia.

Nessa situação, considerando-se 0,68 e 2 como valores aproximados para $(1,08)^{-5}$ e $(1,08)^9$, respectivamente, cada saque anual teria o valor de

- A R\$ 67.100.
- B R\$ 75.000.
- C R\$ 150.000.
- D R\$ 10.500.
- E R\$ 43.200.

QUESTÃO 198

A respeito de avaliação de investimentos, valor presente líquido (VPL) e taxa interna de retorno (TIR), julgue os itens a seguir.

- I No caso de dois projetos com o mesmo investimento inicial e o mesmo prazo, sob uma mesma taxa de desconto, o maior VPL será daquele que tiver menores recebimentos a cada período.
- II Para um fluxo que consiste de um único investimento inicial na data 0 e recebimentos periódicos, com TIR igual a 5% ao período, se a taxa de desconto for de 6%, então o VPL será negativo.
- III Dado um investimento inicial seguido de um fluxo de 20 recebimentos periódicos iguais, caso se amplie o prazo dos recebimentos para 25 recebimentos iguais, para que a TIR não mude, o valor de cada recebimento deverá ser menor.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 199

Pedro tem uma dívida que pode ser paga à vista por R\$ 5.100. Ele recebeu uma proposta do credor para pagar em duas parcelas de R\$ 2.700, uma à vista e outra daqui a um mês.

Nesse caso, a taxa de juros mensal envolvida nesse parcelamento é de

- A 11,1%.
- B 12,5%.
- C 5,9%.
- D 6,3%.
- E 10%.

QUESTÃO 200

João é credor de uma dívida a taxa de juros de 5% ao mês que lhe pagará R\$ 1.200 por mês nos próximos 12 meses. O devedor lhe propõe refazer o parcelamento para 18 vezes, oferecendo pagar 6,2% de juros por mês.

Considerando-se 0,56 e 0,34 como aproximações para $(1,05)^{-12}$ e $(1,062)^{-18}$, respectivamente, é correto afirmar que João terá um fluxo de recebimentos equivalente ao que tem hoje se a nova parcela mensal for

- A inferior a R\$ 600.
- B superior a R\$ 600 e inferior a R\$ 800.
- C superior a R\$ 800 e inferior a R\$ 1.000.
- D superior a R\$ 1.000 e inferior a R\$ 1.200.
- E superior a R\$ 1.200.

Espaço livre